

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Tal como decorre da Lei é considerado deficiente das Forças Armadas (DFA), o *cidadão que no cumprimento do serviço militar e na defesa dos interesses da Pátria adquiriu uma diminuição na capacidade geral de ganho, diminuição das possibilidades de trabalho para angariar meios de subsistência, em resultado de acidente e/ou doença.*

Para o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, Portugal tem para com estes militares uma dívida de gratidão, que se traduz no compromisso de garantir uma vida digna e o acesso a cuidados de saúde que lhes permitam ultrapassar as dificuldades trazidas das operações militares em que participaram.

Sucede que, ao longo dos últimos anos temos observado que os DFA têm passado por enormes dificuldades, nomeadamente na obtenção de próteses em tempo oportuno.

Há várias denúncias públicas de longos meses de espera de substituição ou reparação de próteses, sem que o Laboratório Militar seja capaz de adiantar um prazo para a sua concretização.

O Presidente da Delegação de Lisboa da Associação dos deficientes das Forças armadas, Francisco Janeiro, em recentes declarações a um órgão de comunicação social nacional, afirmou dispor de uma lista de quase 30 ex-combatentes com problemas urgentes de falta de próteses, cadeira de rodas, espaldares para o banho, aparelhos auditivos ou baterias para cadeiras elevatórias, tudo porque o Laboratório Militar estará *“à espera de cabimentação orçamental”*.

Todo este quadro não pode ser tolerável, pois tem um evidente impacto na qualidade de vida dos DFA, circunstância que tem de merecer, por parte das autoridades uma resposta adequada, que permita minorar o sofrimento destes militares e das suas famílias, o que objetivamente não está a acontecer. Importa aqui recuperar as palavras do Coronel Santa Clara Gomes, Presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), quando afirmou que

"um deficiente militar à espera de uma prótese está em prisão domiciliária".

Foi atenta a especificidade deste tipo de despesas que o GPPSD apresentou uma proposta de alteração, em sede de debate na especialidade do Orçamento de Estado para 2021, que previa que as verbas destinadas aos Deficientes das Forças Armadas fossem *excecionadas de qualquer cativação ou retenção*. Esta proposta do GPPSD foi aprovada com o voto favorável de todos os partidos, com exceção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que votou contra.

Findo este período, o GPPSD promoveu, em sede de debate na especialidade do Orçamento do Estado para 2022, uma proposta de alteração que pretendia manter *o disposto no artigo 11.º da Lei 75-B/2020, de 31 de dezembro*, que resultara da aprovação da suprarreferida proposta de alteração. Infelizmente, esta proposta do GPPSD foi rejeitada com o voto contra do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Atento tudo quanto foi exposto, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD abaixo-assinados vêm, através de Vossa Excelência, solicitar ao Governo, que na pessoa da Senhora Ministra da Defesa Nacional e no prazo legalmente estabelecido, seja oferecida resposta às seguintes perguntas:

1 – Quais as razões para que se estejam a verificar atrasos no fornecimento de próteses ou outros dispositivos médicos destinados aos Deficientes das Forças Armadas junto do Laboratório Militar?

2 - Que diligências efetuou ou irá efetuar para resolver esta situação que não pode ser tolerável?

Palácio de São Bento, 22 de agosto de 2022

Deputado(a)s

JOAQUIM PINTO MOREIRA(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

CRISTIANA FERREIRA(PSD)

CARLOS EDUARDO REIS(PSD)

LINA LOPES(PSD)

OLGA SILVESTRE(PSD)

PAULO MONIZ(PSD)

FERNANDO NEGRÃO(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)